1ª Promotoria de Justiça de Marataízes	
Classificação	Nome
1º	Danielle Nunes Dias

Art. 2º Não cabe pedido de reconsideração ou recurso administrativo para o presente resultado conforme determina o parágrafo único do art. 10 da Portaria PGJ nº 350/2020.

Art. 3º Fica a candidata convocada a iniciar suas atividades junto à 1ª Promotoria de Justiça de Marataízes, bem como para fins de firmar o Termo de Adesão ao Serviço Voluntário para iniciar a prestação do serviço.

Vitória, 06 de abril de 2022.

ELDA MÁRCIA MORAES SPEDO
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA SPGA Nº 1004, de 06 de abril de 2022.

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por delegação pela Portaria nº 5.136, de 2 de maio de 2018, c/c § 2º do artigo 4º da Resolução COPJ nº 022, de 16 de dezembro de 2019, que regulamenta as atividades dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - CAOs/MPES, e na forma elaborada e aprovada pelo Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, bem como pelos membros interessados, de acordo com o Procedimento Sei! nº 19.11.0005.0026743/2021-16,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a tabela de substituição automática de dirigentes de Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com a seguinte redação:

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
DIRIGENTE	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAIJ	Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania - CACC	Centro de Apoio Operacional Criminal - CACR
Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania - CACC	Centro de Apoio Operacional Criminal - CACR	Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente - CAOAA
Centro de Apoio Operacional Criminal - CACR	Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente - CAOAA	Centro de Apoio Operacional da Defesa dos Direitos do Consumidor - CADC
Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente - CAOAA	Centro de Apoio Operacional da Defesa dos Direitos do Consumidor - CADC	Centro de Apoio Operacional Eleitoral - CAEL
Centro de Apoio Operacional da Defesa dos Direitos do Consumidor - CADC	Centro de Apoio Operacional Eleitoral - CAEL	Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público - CADP
Centro de Apoio Operacional Eleitoral - CAEL	Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público - CADP	Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação - CAOPE
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público - CADP	Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação - CAOPE	Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde - CAOPS
Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação - CAOPE	Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde - CAOPS	Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária - CACO
Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde - CAOPS	Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária - CACO	Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAIJ
Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária - CACO	Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAIJ	Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania - CACC

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 06 de abril de 2022.

ELDA MÁRCIA MORAES SPEDO
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - COPJ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
PAUTA DA 5ª SESSÃO - 2022 - COPJ - EXTRAORDINÁRIA

Data: 11.04.2022 - Horário: 11 horas

Local: Auditório "Deo Schneider" e Videoconferência

1. Delirar acerca da modalidade que será adotada nas sessões do COPJ (presencial, híbrida ou remota), conforme determinação constante do expediente SEI nº 19.11.0082.0008762/2022-24.

Vitória, 06 de abril de 2022.

DUÍLIO MACÊDO DE CARVALHO
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

CIENTIFICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Notícia de Fato Gampes nº 2022.0002.6234-38

Promotoria de Justiça de Dores do Rio Preto

Representante: anônimo - Ouvidoria do MPES

Extrato da Decisão: O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por meio da Promotoria de Dores do Rio Preto - ES, vem por meio deste, nos termos do artigo 2º, § 4º, da Resolução nº 006/2014 do CPJES, informar, a quem possa interessar, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato de nº 2022.0002.6234-38, em que trata-se de denúncia encaminhada via Ouvidoria do MPES de nº OUV2022093858, em que o noticiante, narra, em síntese, suposto delito ambiental (loteamento irregular), na localidade de Cachoeira Alegre, Rodovia 482, altura do Km 133, na propriedade do nacional José Santos. Ante o exposto, arquivo o presente procedimento com fulcro no art. 2º, § 4º, II, da Resolução COPJ nº 006/2014. Dê-se ciência ao noticiante, por publicação, em atendimento ao que dispõem o art. 2º, §§ 5º e 6º, da citada Resolução, esclarecendo, ainda, nos termos da Súmula CSMP nº 015, que o Conselho Superior do Ministério Público não conhecerá de razões escritas e documentos apresentados por requerente não identificado, uma vez que o anonimato impede que sejam aferidas a legitimidade e interesse, exigidos no art. 24, § 8º, da Resolução nº 006/2014 do Colégio de Procuradores de Justiça. Transcorrido *in albis* o prazo para recorrer, certifique-se nos autos e archive-se a